Faculdade de Direito de Lisboa

SLL - INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO II/ NOITE 2ª ÉPOCA/ 2012

SUB-TURMAS 4 e 6

Casos práticos sobre Validade e Vigência da lei

Caso Prático n.º 1

Imagine que é aprovada a Lei n.º 21399/10 que tem por objecto a aprovação do Estatuto dos Emigrantes. Esta lei foi publicada no Diário da República de 13 de Setembro de 2010 e disponibilizada online no mesmo dia no sítio da Internet gerido pela INCM.

Considere as seguintes hipóteses:

- a. No seu art. 2.º dispõe-se: “ *Esta lei entra imediatamente em vigor*”.
- b. A Lei n.º 21399/10 nada determina acerca da sua entrada em vigor.
- c. No seu art. 2.º dispõe-se: “ *A presente lei entra em vigor no prazo de 60 dias a contar da sua publicação*”.
- d. No seu art. 2.º dispõe-se: “ *A presente lei entra em vigor 2 meses após a sua publicação*”.

Quid juris?

Caso Prático n.º 2

O Presidente da República promulgou um Decreto-lei que foi referendado pelo Primeiro-ministro e enviado à INCM para publicação. Passaram largos meses, mas este Decreto-lei nunca saiu no Jornal Oficial, nem nunca foi disponibilizada online no sítio da Internet gerido pela INCM por incompetência dos serviços da INCM.

Qual o seu valor jurídico?

Caso Prático n.º 3

O Decreto-lei n.º 20787 foi publicado no dia 26 de Dezembro de 2010 para entrar em vigor no dia 26 de Janeiro de 2011. O Decreto-lei n.º 18685, com conteúdo incompatível

ao anterior, foi publicado a 10 de Janeiro de 2011, para entrar em vigor no dia 20 de Janeiro de 2011.

Qual deles está hoje em vigor?

Caso Prático n.º 4

O Decreto-lei n.º 51/81 regula a concessão de crédito para habitação por bancos e entidades afins. O Decreto-lei n.º 511/81 estabelece regras sobre higiene e segurança em mercearias e supermercados. No dia 1 de Fevereiro de 2000 o Governo publica o Decreto-lei n.º 99/2000, que também fixa regras sobre higiene e segurança em estabelecimento de venda ao público de quaisquer bens, fazendo-o em moldes bastante diferentes do Decreto-lei n.º 511/81. A última disposição do Decreto-lei n.º 99/2000 dispõe o seguinte: “fica revogado o Decreto-lei 51/81”. No dia 1 de Março de 2000, saiu no Diário da República uma declaração de rectificação do Governo, determinando que: onde no Decreto-lei n.º 99/2000 se lê “o Decreto-lei n.º 51/81” deve ler-se “o Decreto-lei n.º 511/81”.

Quais os diplomas de 1981 que estão revogados e desde quando se verifica essa revogação?

Caso Prático n.º 5

Supondo que:

- a. De acordo com o código da estrada “*É proibida a circulação de automóveis ligeiros a uma velocidade superior a 50 km/h dentro das localidades?*”.
- b. Ninguém cumpre com tal disposição.

Pode-se dizer que o Decreto-lei que rege o Código da Estrada está parcialmente revogado?

Caso Prático n.º 6

Considere que:

- a. A 12 de Fevereiro de 2010 entrou em vigor a Lei n.º 20693/10, a qual aprovou o Código de boa conduta administrativa, revogando a Lei n.º 19502/08 que continha todo o regime relativo à boa conduta administrativa.
- b. Em 6 de Maio de 2010 entrou em vigor a Lei n.º 20874/10 com um artigo único onde se disponha: “*Com a presente lei considera-se revogada a Lei n.º 20693/10?*”.

Qual o regime que regula a boa conduta administrativa?

Caso Prático n.º 7

A Lei n.º 18167/89 regula o estatuto das gaivotas em estado selvagem das Ilhas Berlengas, visando controlar a população dessas aves nessas ilhas. Atendendo a que devido a alterações no ecossistema, as gaivotas abandonaram em massa as Ilhas Berlengas, será que a Lei n.º 18167/89 ainda se encontra em vigor?

Caso as gaivotas voltem a habitar as Ilhas Berlengas, **qual será o regime aplicável ao controlo populacional das gaivotas?**

Caso Prático n.º 8

Em 18 de Abril de 2010 é aprovada a Lei n.º 21083, disponibilizada online a 20 de Maio no sítio da Internet gerido pela INCM. Em 16 de Maio de 2010 é aprovada a Lei n.º 21065, disponibilizada online também a 20 de Maio no sítio da Internet gerido pela INCM. A Lei n.º 21065 é absolutamente incompatível com a Lei n.º 21083.

- a. Qual dos diplomas se encontra actualmente em vigor?
- b. E se a Lei n.º 21083 tivesse sido disponibilizada online no sítio da Internet gerido pela INCM no dia 18 de Maio de 2010?

Caso Prático n.º 9

Em 13 de Novembro de 2010 é publicada a Lei n.º 21446/10, a qual aprova o regime de tributação dos prédios urbanos, tendo sido, apenas, efectivamente disponibilizada online no sítio da Internet gerido pela INCM a 15 de Novembro de 2010.

Em 8 de Dezembro de 2010 é publicada e disponibilizada online no sítio da Internet gerido pela INCM a Lei n.º 18337/10 que aprova o regime legal de tributação dos bens imóveis e prevê a sua entrada em vigor para 4 de Janeiro de 2011. Esta lei é incompatível com a Lei n.º 21446/10 de 13 de Novembro.

António David, dono de um apartamento na cidade de Coimbra, interroga-se sobre qual o regime aplicável hoje à sua casa. **Quid juris?**

Caso Prático n.º 10

Suponha a seguinte situação:

A lei n.º 9/2009 revogou a lei n.º 4/2004 que estabelece o regime legal sobre a boa conduta dos alunos do 1º ano da FDL, a qual havia por sua vez revogado a lei n.º 2/2002.

- a. Sabendo que a lei n.º 9/2009, não regulou a matéria em causa, tendo-se limitado a revogar a lei 4/2004, qual o regime aplicável à boa conduta dos alunos do 1º ano da FDL?
- b. Imagine agora que a lei n.º 4/2004 foi declarada inconstitucional com força obrigatória geral pelo Tribunal constitucional?
- c. E se a lei n.º 9/2009 estabelecesse no seu artigo 19 que “ o regime legal sobre a boa conduta dos alunos do 1º ano da FDL é o previsto na lei n.º 2/2002”?

Caso Prático n.º 11

A lei n.º 100/2000 que estabelece o regime legal sobre a poluição sonora, veio substituir a lei n.º 80/1980 (a regulamentação geral do ruído). O seu artigo 30 dispõe que “ fica revogada a lei n.º 80/1980”.

- a. Sabendo que na lei n.º 80/1980 se encontra todo o regime legal relativo à matéria da poluição sonora, classifique o tipo de revogação em causa
- b. Imagine agora que o artigo 30 da lei n.º 100/2000 dispunha que “fica revogada a regulamentação geral do ruído”. Qual o tipo de revogação que está em causa?
- c. Sabendo que a lei n.º 100/2000 nada dispõe sobre o ruído de vizinhança. Quais as regras que regulam actualmente a questão?
- d. Caso o artigo 30 da lei n.º 100/2000 dispusesse que “ Ficam revogadas todas as disposições em contrário”, como se classificaria a revogação?

Caso Prático n.º 12

A **Lei n.º 1** que regula alguns aspectos do direito de propriedade sobre terrenos agrícolas, entrou em vigor há 40 anos. A **Lei n.º 2**, que inclui um artigo no sentido de fazer cessar a vigência de **Lei n.º 1**, regula também a propriedade daqueles terrenos, e foi publicada no

dia 1 de Novembro de 2006, para entrar em vigor um mês após a sua publicação. A **Lei n.º 3**, que é logicamente incompatível com a **Lei n.º 2**, foi publicada no Diário da República com data de 5 de Novembro e efectivamente disponibilizada online a 10 de Novembro de 2006. O **Decreto - regulamentar n.º 4** do Governo que tem um artigo no sentido de fazer cessar a vigência das leis anteriores, foi publicado no dia 10 de Dezembro de 2006, não dispondo nada acerca da sua entrada em vigor.

Qual destes diplomas está hoje em vigor?